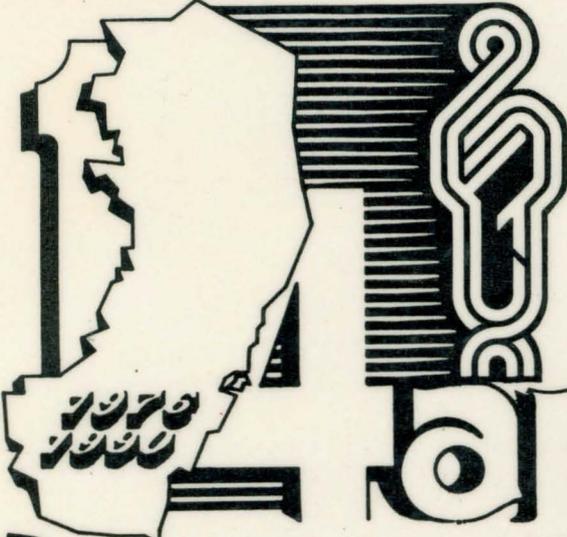


IJ
00674



instituto
jones
dos
santos
neves

40 anos

PLANEJANDO O ESPÍRITO SANTO

0674

711.409815 2
I59p
9174/91 E 2



MESA REDONDA



FOTO — GILDO LOYOLA

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO NO ESPÍRITO SANTO

0674

9174/91
ex 2

APRESENTAÇÃO

No dia 31 de agosto de 1990, o Instituto Jones dos Santos Neves comemorou mais um aniversário. São 14 anos de trabalho em prol do desenvolvimento urbano e regional do Estado do Espírito Santo.

Como marco, que registrasse esta data, a Associação dos Servidores do Instituto Jones dos Santos Neves programou uma série de eventos, entre os quais o debate **O Processo de Planejamento no Espírito Santo**. Realizado no dia 28 de agosto de 1990, no auditório da Rede Gazeta de Comunicações reuniu ex-secretários de Estado de Planejamento.

Mais do que um momento de comemoração o evento

refletiu a seriedade com que os servidores do IJSN observam a crise, não só institucional, mas, também, política vivenciada pelo planejamento no Espírito Santo, ressaltada pela falta de apoio político-administrativo do Sistema Estadual de Planejamento nos últimos anos.

Os depoimentos registrados confirmaram tal preocupação e deixaram evidenciado em todos os presentes o seguinte questionamento: que destino terá o planejamento no Espírito Santo?

As principais idéias e impressões, surgidas durante a mesa-redonda, servem como elemento de fomento ao intercâmbio de novos e mais abrangentes debates. Quanto as perspectivas do planejamento vão depender do esforço, da maturidade e do espírito de conjunto materializados por todos os servidores do Órgão, subordinados às decisões político-administrativas futuras. Não obstante, tais decisões serão tão mais definitivas quantas forem as formas de endosso que serão passadas por todos aqueles que fizeram e fazem o Instituto Jones dos Santos Neves.

Para isso, lança-se com esta publicação os ele

mentos disseminadores das idéias que cresceram e amudereceram no dia 28 de agosto de 1990.■

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO NO ESPÍRITO SANTO

ABERTURA

ADAUTO BEATO :

Em nome da Associação dos Servidores do Instituto Jones dos Santos Neves, na qualidade de seu presidente, gostaríamos de dar as boas vindas a todos os presentes e dar início aos eventos de comemoração de 14 anos de instalação do IJSN. A programação de hoje é a seguinte: Apresentação do Vídeo - **IJSN, 14 anos;** Mesa Redonda - **O Processo de Planejamento no Espírito Santo.** Inicialmente, gostaríamos de agradecer à direção do IJSN pelo apoio e colaboração que nos foram dispensados para a realização dos eventos programados; à Rede Gazeta, que gentilmente nos cedeu este auditório e nos apoiou com a cobertura jornalística, e a todos, especialmente aos companheiros do órgão, que direta ou indiretamente contribuíram

para as comemorações dos 14 anos do IJSN. Queremos registrar a presença do Dr. Jones dos Santos Neves Filho, Deputado Federal; Sr. Jorge Miranda, representante do Prefeito Municipal da Serra; Elvécio Uliana, Diretor-Presidente da Ceturb; Geraldo Rocha, Secretário-Executivo do Projeto Século XXI; Robson Pizziolo, Diretor-Superintendente do IJSN.

Para composição da mesa convidamos os ex-secretários de Planejamento, a partir da criação da FJSN, o Sr. Wantuir Zanotti, Sr. Otávio Guimarães, Sr. Orlando Caliman e Sr. Ricardo Santos. O Sr. Arlindo Villaschi, também convidado, encaminhou telegrama justificando sua ausência. O Sr. Albuíno Azeredo e Sr. José Teófilo também foram convidados, estando Wantuir Zanotti a representar este último. Como debatedores convidamos os professores Antônio Carlos Medeiros e Marta Zorzal e Silva, e para presidir a mesa, o professor Roberto Garcia Simões.

ROBERTO SIMÕES :

A pedido da Aservi vou fazer uma explanação sobre os objetivos deste painel. De maneira geral, podemos afirmar que a década de 80 foi marcada por uma crise total com relação ao planejamento governamental

no Espírito Santo, em particular com relação ao planejamento global deste Estado. Acho que hoje, e creio que este painel contribua nesse sentido, essa crise, que vinha se tornando enfadonha e que em certo sentido tem se tornado até paralisante, através desta iniciativa da Aservi, assume um caráter de ser uma crise que pode potencializar perspectivas do planejamento neste Estado, ou seja, a idéia é a de que o sentido negativo seja superado pela afirmação da possibilidade e da necessidade do planejamento na década de 90, o que envolve o passado esforço de recuperação desses 10 anos em que o planejamento esteve na crise salientada inicialmente. É óbvio que nessa época houve tentativas de recuperar o planejamento, alguns espasmos, mas de modo geral podemos dizer que o processo de redemocratização da sociedade colocou em xeque o planejamento do regime autoritário que, de certa forma, tinha no IJSN, no Sistema Estadual de Planejamento, uma de suas sucursais. A retomada do planejamento requer que ampliemos os horizontes, se é verdade que há uma crise que tem especificidades no nosso caso, o planejamento está em crise no mundo todo. Basta ver o que está ocorrendo no mundo socialista, com características específicas; basta ver toda discussão que envolve planejamento x mercado, em que nesse momento, em nome do mercado, parece querer se afirmar essa via como a via não-planejada de um processo de crescimento no País.

Para que possamos caminhar no sentido de repensar o planejamento estadual, me parece que seria fundamental discutir dois pontos: primeiro, como o planejamento, especialmente o global governamental, não é um fim em si mesmo, há necessidade de que esse planejamento esteja ancorado em projetos de desenvolvimento em nível do Espírito Santo. Creio que o vazio, a sensação de que não caminha o planejamento está diretamente ligado a não-explicitação de convergências que possam dar uma certa explicitação do projeto global de desenvolvimento do Estado, já que o que até então vínhamos trilhando apresenta sinais de exaustão, de gravidades do ponto de vista social e ambiental. Neste sentido é que, lado a lado com a explicitação de projetos de desenvolvimento, há necessidade de se pensar o planejamento no contexto da reforma do Estado. Não dá mais para sustentar a possibilidade do planejamento nos marcos hoje existentes, é preciso inclusive, já que está em curso no Espírito Santo, realizar uma reforma administrativa que se pense mais profundamente qual o novo papel desse planejamento. A sociedade mudou, as novas demandas trazidas pelo processo de redemocratização alteram o conteúdo do planejamento e até mesmo novos instrumentos gerados redefinem e devem ser levados em conta nesse repensar do planejamento. Eu citaria apenas duas questões do ponto de vista do Espírito Santo, uma delas diz respeito

ao profundo e grave aspecto relacionado com a dimensão ambiental; certamente os estudos de impacto ambiental terão um papel decisivo; lado a lado com isso, creio que temos que repensar a possibilidade de que novas instituições ou a redefinição das instituições existentes contribuam para o controle do planejamento dos centros de poder, que dão a tônica do direcionamento do crescimento hoje.

Se é verdade que o quadro de saída dessa crise requer um pesado esforço, pelos menos poderíamos ver uma sinalização positiva, apesar disso não ter sido discutido exaustivamente na Constituição estadual. A Constituição estadual afirmou o planejamento no Espírito Santo. Só para dar um exemplo, e até aproveitar para difundir esta parte, no capítulo que trata da ordem econômica, mais especificamente na política de desenvolvimento estadual, o plano de desenvolvimento estadual aparece com todo destaque, inclusive com uma novidade no sentido de que até o dia 30 de agosto este plano deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa para ser analisado e ser transformado em lei, para que possa vigorar no ano subsequente. Lado a lado com isso, a Constituição estabelece claramente alguns instrumentos, que vão sobrepor-se a esse esforço de recuperação do planejamento que diz respeito ao próprio plano, à redefinição do orçamento, inclusive, regionalizando o plano de ordena

mento territorial, que certamente terá uma profunda relação com o zoneamento ambiental e planos e programas regionais de duração anual e plurianual.

Esses instrumentos são decisivos para o novo estágio de planejamento que se quer incrementar no Espírito Santo na década de 90.

Nesse sentido é que esse esforço de recuperação passa não só pela reciclagem, pela definição do papel do Estado, especialmente do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa na condição dos rumos de desenvolvimento do Espírito Santo como até mesmo pela reciclagem dos profissionais que hoje atuam no Estado na direção de um planejamento democrático, estratégico e negociado com a sociedade. E nesse contexto, me parece muito mais importante debater o futuro do planejamento que discutir o passado.

Passamos agora a palavra aos ex-secretários de planejamento, dando-lhes um tempo de 20 minutos, e logo após passamos para os dois debatedores. Iniciamos com o Dr. Wantuir Zanotti, depois passaremos, ao Dr. Otávio Guimarães, em seguida Dr. Orlando Caliman e finalmente ao Dr. Ricardo Santos. ■

MESA REDONDA

WANTUIR ZANOZZI:

Queremos parabenizar a direção do Instituto por esta brilhante iniciativa que, num momento bastante oportuno coloca em discussão um dos assuntos mais importantes do Estado, que é o Sistema Estadual do Planejamento, em crise, pelos motivos já explicados pelo Roberto Simões, especialmente quando frisou que o planejamento não está em crise apenas no Estado, mas também no Brasil e no mundo. Para falar do sistema teríamos evidentemente que resgatar um pouco da história do planejamento no Espírito Santo e há pouco, quando conversávamos com alguns dos presentes, entre eles o Dr. Jones dos Santos Neves, deputado federal e filho do patrono dessa Instituição lembrávamos que o ex-governador Jones dos Santos Neves foi um dos precursores do planejamento estadual no Brasil. O próprio Dr. Jones, o filho, contava que autoridades federais importantes da época mostravam para ele próprio o trabalho de planejamento então desenvolvido pelo seu pai. A nós, aqui, cabe resgatar um pouco da história que muitos certamente não conhecem, outros a conhecem tão bem ou melhor do que eu próprio, e, se olharmos para a platéia aqui presente, va

mos encontrar inúmeras pessoas que participaram conosco da implantação do processo como técnicos, outros como estagiários. Alguns, inclusive, presentes aqui à mesa: Ricardo, Caliman, Medeiros e, indiretamente, o próprio Otávio. O Sistema de Planejamento no Espírito Santo teve o início de sua história com o Conselho de Desenvolvimento Econômico - CODEC -, criado por Carlos Lindenberg, em 1961, mediante a Lei 1613. Era um Conselho vinculado ao gabinete do Governador e tinha como objetivo estudar e analisar a estrutura, a evolução econômico-social do Estado e sugerir diretrizes e metas para o plano de desenvolvimento. Foi o primeiro passo para a institucionalização do processo de planejamento. O Codec não conseguiu se impor como organismo de planejamento, pela sua própria estrutura, mas serviu de suporte importante para a adequação do sistema de administração existente e implantação gradativa do próprio processo de planejamento. Reestruturado o Codec pelo Decreto 2695, em 23 de fevereiro de 68, formou-se a primeira equipe técnica de planejamento no Espírito Santo. Naquela época elaborou-se o orçamento-programa e o primeiro Orçamento Plurianual de Investimento (68 e 70), e se formulou a revisão do orçamento de 71. Não se conseguiu ir muito além do orçamento-programa, pelas próprias limitações estruturais do Conselho. A parte programática era desenvolvida pelas Assessorias de Planejamento e

Orçamento: as A.P.O.'s da época. A administração pública se assentava, naquela época, num tripé administrativo: Assessoria de Planejamento e Orçamento, Assessoria Jurídica e Assessoria de Administração. As A.P.O.'s cumpriram integralmente o seu papel, entrando inclusive dentro de uma modesta visão do Sistema de Planejamento. Simultaneamente à criação do Codec se criou a CODES. Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo - posteriormente transformada em Bandes, e aquele espaço que o Codec não ocupou, foi, até por necessidade, ocupado pela Codes e pelo próprio Bandes, cujos programas e trabalho de planejamento desenvolvidos objetivavam cumprir o papel de implantação dos projetos de desenvolvimento do Estado e para tal precisava de programa de desenvolvimento. Como não havia um órgão para desenvolver o plano global do Sistema Estadual, o próprio Bandes teve que desempenhar esse papel, entretanto ele não implantou um Sistema Estadual de Planejamento porque não era de sua competência. Não conseguiu sequer montar o sistema integrado. Ficou nos programas como diretorias, etc. Posteriormente, em 1974, com apoio da Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios-SAREM, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, realizou-se no Estado um diagnóstico da situação institucional, resultando daí a proposição da modernização administrativa e a sugestão para se implan

tar o Sistema Estadual de Planejamento. Esse foi um passo importante verificando-se que, em nível de governo federal, já se trabalhava com o sistema integrado. O Sistema Estadual de Planejamento foi instituído pela Lei 2993, de julho de 75, compreendendo os seguintes objetivos básicos: orçamentação, modernização administrativa, informações econômico-sociais, fixação de políticas de investimento, controle de endividamento, desenvolvimento urbano e regional e política salarial do governo. Dentre outras disposições, a lei instituiu a Secretaria de Planejamento como órgão central do Sistema de Planejamento. Criou os Grupos de Planejamento Setoriais - GPS - através do Decreto 1236, de 01 de dezembro de 78, que disciplinou os GPS, que seriam responsáveis por uma importante etapa de institucionalização do Sistema, mas que não chegou a ser regulamentada em nossa administração. Essa lei que criou a Secretaria de Planejamento automaticamente extinguiu o Codec, sendo calcada no modelo federal de planejamento institucionalizado em 1972. Antes mesmo da fase de implementação da Secretaria de Planejamento, ela passou por sua primeira alteração: foi quando se aprovou na Assembleia Legislativa a Lei 3043 - Lei de Modernização Administrativa -, em 31 de dezembro de 1975, que estabelece as bases de modernização administrativa e que organiza o sistema de administração pública, trazendo uma

nova estrutura para a Secretaria de Planejamento, complementada posteriormente através do Decreto 878, de 25 de agosto de 1976, que o regulamentou. Com essa lei se implantou uma nova sistemática administrativa, dividindo a administração pública em três áreas distintas, de acordo com seu sistema estruturante: as secretarias instrumentais, econômicas e sociais.

Nessa época, passou-se a discutir em âmbito governamental uma filosofia de planejamento, constatando-se uma inversão dos procedimentos, isto é, ao invés de se preocupar em preparar as secretarias com pessoal, política setorial, procurou-se divulgar, em nível de setor público, a necessidade de planejamento em nível central. Na realidade isso deveria ter acontecido exatamente de modo inverso.

A Secretaria de Planejamento estava organizada, naquela época, da seguinte forma: havia o Departamento de Articulação com os Municípios, Departamento de Análise e Organização dos Programas de Governo, Departamento de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento, onde se procedia toda orçamentação e o Departamento de Informações Técnicas, em que se elaboravam todas as pesquisas e estudos técnicos para servir de suporte ao Sistema de Planejamento. E do lado desses quatro departamentos,

o Departamento de Modernização Administrativa. Dentre as instituições vinculadas à Secretaria, destacamos a Fundação Jones dos Santos Neves, o Departamento Estadual de Estatística e a Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo. É uma instituição importante nessa época, que foi o suporte da Secretaria de Planejamento, o Banco de Desenvolvimento do Estado. Essa estrutura conseguiu excelentes resultados e, posteriormente, se perderam importantes trabalhos desenvolvidos pela equipe de Informações Técnicas.

Para destacar a importância do Sistema de Planejamento vou fazer duas colocações. É senso comum que a via de crescimento seguida pelo Espírito Santo, marcada essencialmente pela implantação dos grandes projetos, trouxe em seu bojo conseqüências desastrosas e que afetaram sobremaneira as condições de vida da população capixaba, como a degradação ambiental, a desestruturação do espaço urbano e a crescente demanda dos serviços públicos essenciais.

Vale lembrar que essa via de crescimento veio no rastro de uma corrida nacional de desenvolvimento industrial, estimulada pelo Governo Federal, que colocou tanto as instâncias do poder governamental local quanto a própria sociedade numa humilhante situação de subor

dinação, violando-lhes o direito de escolher seus próprios destinos, mas destinava-se até onde a sociedade capixaba teria alcançado à época o nível de conscientização e organização na justa medida reclamada naquele exato momento. E o poder político local? Tudo isso nos faz lembrar as maratonas e articulações junto aos órgãos federais na busca de recursos para investimentos no Estado, recursos esses que tinham destino certo e pré-definido, era o federalismo castrador do planejamento e da criatividade local. Mas não pára por aí; as propostas para organização do espaço urbano, a maioria sob o rótulo de política regional (e aí se inclui o próprio IJSN) em que as instituições regionais metropolitanas estavam na ordem do dia, eram roupagem fina e fundamentada para se conseguir grandes somas de recursos federais. Isto, porque a Constituição Federal de 67 atribuía à União a competência de criar a Região Metropolitana e outros agrupamentos urbanos. Hoje essa competência é do Estado.

O que importa nesse momento histórico crucial é conclamar a sociedade para a efetiva participação, e juntos resgatarmos o poder de intervir que escapou-nos às mãos no passado, assumindo desta vez a postura de rejeição ao imobilismo e à subordinação, para que, assim, possamos consolidar esse processo de mudanças

no qual tanto as diferentes instâncias de poder como a sociedade civil terão importante papel a desempenhar. O processo de planejamento a ser implantado terá que buscar acima de tudo a modernidade do Estado, buscar efetivamente a participação da sociedade, ou seja, um processo de planejamento realmente participativo. Com isso não quero dizer que o que foi feito foi perdido ou invalidado. O que se quer agora é implantar um novo sistema, buscar através do diálogo proposições válidas e que realmente tragam os verdadeiros benefícios que a sociedade espera no processo de desenvolvimento do Estado, que é uma consequência do planejamento visto como processo, e não como projetos específicos ou estanques. É preciso pensar num sistema que traga resultados, que resgate um pouco da dívida social que se cobra, tanto dos políticos como dos técnicos responsáveis pelo processo de planejamento.

OTÁVIO GUIMARÃES :

O Poder Executivo no Espírito Santo nunca teve planejamento; o planejamento foi feito pelo Bandes, em especial por aquele que talvez tenha sido o mentor dessa gama de planejadores intelectuais existentes no Estado, o Dr. Lélío Rodrigues, e também o Dr. Arthur

Carlos Gerhart Santos. Eles praticamente trouxeram o planejamento para o Espírito Santo, que até então desconhecia.

O Instituto Jones dos Santos Neves foi fundado mais com o sentido de órgão captador de recursos, por que naquela época os Estados estavam submetidos totalmente à decisão do poder central, e aquele que conseguiu se melhores projetos e melhor entrosamento na área federal trazia recursos para os seus projetos. E a Fundação Jones, naquela época, teve um papel importantíssimo com o trabalho desenvolvido pelo Dr. Stélio Dias e Arlindo Villaschi e que marcaram profundamente o órgão. Hoje podemos afirmar que a Terceira Ponte é fruto do trabalho do Instituto Jones dos Santos Neves, bem como o sistema de transportes e o sistema viário da Grande Vitória. Naquele momento tínhamos condições, com um grupo técnico do mais alto nível, de conseguimos recursos na área federal. Inclusive quando o IJSN foi presidido por Orlando Caliman se conseguiu, também, muitos recursos e tocar muitos projetos, dentre eles, o do Banco Mundial.

De repente, o IJSN foi perdendo a sua importância, o que não deveria ter acontecido, e notamos que nestes últimos oito anos as funções do órgão vêm se

esvaziando. O Bandes, que antes sustentava o planejamento no Estado, simplesmente deixou de fazê-lo, e o planejamento, que não existia na Secretaria de Planejamento e sim no IJSN, também deixou de existir. O planejamento perdeu a Prodest, a Estatística praticamente está acéfala. Então, precisamos discutir a importância e a revitalização que o órgão de planejamento precisa no Estado.

Em um dos cadernos elaborados pelo "Espírito Santo Século XXI", trabalho que está sendo desenvolvido pela Rede Gazeta, há uma frase muito importante do Dr. Lélío Rodrigues: "Ninguém deseja o que ignora". Ora, temos que ter conhecimento de nossas necessidades e potencialidades, sem o que não temos condições de planejar, porque planejar é utopia, você pensa no melhor. Mas, infelizmente, está sendo esvaziada a capacidade de investimento na área de planejamento do Estado. Passei por um momento crucial na Secretaria de Planejamento, quando a Fundação deixava de existir e criava-se o Instituto Jones. Foi uma fase de transição. Naquela época parece que houve choque entre o Executivo e a sua indireta - Fundação -, mas foi garantido aos servidores que perdia-se o **status** de Fundação, mas não se perdia a importância do órgão e do planejamento, e esse trabalho foi continuado pelo Caliman, pelo Manoel

Martins e tantos outros que lá estiveram. Consegui mos mantê-lo no espaço que merecia. Não Há condições de fazer planejamento sem que se tenha um órgão pensante. Evidentemente que o Instituto Jones dos Santos Neves não foi descerrar fitas e placas, mas grande parte das grandes obras nasceram ali.

A nova Constituição federal e estadual dá muita importância ao planejamento. Não se pode fazer hoje um plano plurianual sem que se tenha um plano estadual de desenvolvimento. A Secretaria de Planejamento hoje, e isto vem desde o Côdec, tem sido muito mais um órgão executor de orçamento; que estimava uma receita e previa uma despesa. Isto não pode acontecer, temos que estabelecer um critério de equilíbrio harmônico no Estado. O Diário Oficial de agosto publica o índice de ICM do Estado destinado aos municípios pelo valor adicionado. Nesse sentido, Vitória está com 33,88% de todo ICM do Estado, depois vem Serra, com 16,15%, que corresponde a 47% do ICM de Vitória, Vila Velha 9,3%, Cariacica 6,5% e Viana 3,6%. Cariacica corresponde só a 19% do ICM de Vitória. Onde é que está o desenvolvimento equilibrado? Onde está a igualdade regional que prega a Constituição? Acho que só buscaremos isso através do planejamento. Os cinco municípios da Grande Vitória detêm 70% do ICM do Estado; se juntarmos Co

latina, Cachoeiro, Linhares, Aracruz, que são as maio
res cidades, elas todas somam 17% do ICM. E esses nove
municípios correspondem a 87% do ICM do Estado. Uma
concentração total!

É certo que temos de mudar o critério de pla
nejamento no Espírito Santo. E para mudar de fato, te
mos que ter a base, que é a Secretaria de Planejamento,
e o seu órgão principal, que é o Instituto Jones dos
Santos Neves, pois sem planejamento o Estado não vai
conseguir o seu grau de desenvolvimento.

ORLANDO CALIMAN

Vou dar ao tema um certo tratamento de choque,
fazendo algumas colocações bem mais críticas sobre o
que foi o planejamento no passado e o que poderia ser
no futuro.

Existe uma certa distância entre a realidade
e a utopia, e a realidade do passado tem indicado que
o planejamento veio a determinados objetivos e propos
tas que, pelo menos em nível de América Latina, não
estão vinculados à solução dos problemas cruciais por
que passa a população, e no caso brasileiro também não

fugiu a essa regra. E nesse tratamento de choque chamo atenção para o primeiro ponto: para que existe o planejamento? Como ele foi feito? Para quem ele foi feito?

Ora, se existiu o planejamento no Brasil ou na América Latina, por que o Brasil estaria hoje entre os países que possuem os maiores níveis de desigualdades sociais? Por que isso também é comum na América Latina, que, como todos sabem, já teve um passado de planejamento? E para que esse planejamento veio? Minha experiência tem me levado, até certo ponto, a uma ilusão, e o roteiro que tracei é exatamente nesse sentido, ou seja, analisar a crise atual do planejamento, que eu chamaria, num primeiro momento, de questão do planejamento no paradigma de desenvolvimento tecnológico, capitalista atual, e que já está se transformando em nova direção, em nova trajetória tecnológica, e dentro desse paradigma se gestou um processo de planejamento que tinha seus objetivos específicos que não aqueles de busca de soluções para os problemas gerais da população.

No primeiro ponto, colocaria a questão que está na economia desse paradigma, o pós-guerra, e a que serviu esse planejamento, já que é fato consumado que o interesse do Estado não necessariamente corresponde

ao interesse do povo, e se o Estado planejou para alguém, de certa forma atendeu a determinados interesses, e, também, nesse paradigma tecnológico anterior existe todo um aparato estatal que lhe dá suporte, que o dinamiza e é visível no caso brasileiro. Também falarei sobre a questão da ideologia desenvolvimentista, que de certa forma gerou o aparato estatal do planejamento no âmbito dos países da América Latina, especificamente no Brasil. Aqui, basicamente, o planejamento esteve ligado à ascensão da tecnocracia de um Estado autoritário, o Estado militar das décadas de 60 e 70 principalmente, e ainda continuam hoje, na década de 80, mesmo com a abertura democrática, os seus resquícios, as suas sobras; e nós também somos portadores desse viés, com algum conteúdo dessa situação anterior.

No segundo ponto, passaria a discutir a questão da ilusão a crise do planejamento, ou seja, como elas ocorreram sob o ponto de vista dos países capitalistas na década de 80, principalmente, enfocando mais especificamente, o caso brasileiro; foi uma década perdida sob o ponto de vista de alguma proposta para a sociedade, para o Brasil enquanto nação.

No terceiro ponto, colocaria a questão da crise global, a retomada do planejamento. Chamaria de

crise global a que estaria ocorrendo em nível mundial; estamos no momento em que as transformações se proce sam com uma velocidade tremenda, ou seja, o próprio apa rato estatal, ou mesmo a própria classe política, não conseguem acompanhar a velocidade dessas transformações, e isso traz uma série de transtornos na questão das de cisões e na liberalização do aparato estatal no sentido de contornar ou pelo menos fazer os ajustes estruturais e atuar objetivamente. Essa crise global está inse ri da num novo paradigma tecnológico que se implanta.

No quarto ponto colocaria a questão dos reba timentos regionais relativos à questão do planejamento. É lógico que, embutidas nessa crise global, serão co locadas questões, por exemplo, de como fica o planeja mento no Estado neste momento em que predomina a inspi ração neo-liberal, e o Leste Europeu se abre e diz: "Olha, o planejamento não é isso", os países ocidentais capitalistas se voltam para uma proposta neo-liberal e o Brasil embarca nisso, embarca como? O Japão embar cou de uma forma, a Itália de outra, etc. E como fica o Brasil? E qual o espaço reservado a um estado peri férico que tem também a sua forma de inserção específi ca no âmbito do jogo de forças na economia brasileira e que também tem que encontrar sua forma de inse rção, ou pode conduzir essa forma de inserção? Qual a forma

de inserção do Espírito Santo neste contexto? Como vai se orientar? Quais os atores que temos hoje no âmbito estadual e que possibilitariam uma inserção menos dolorosa ou menos calcada no espírito a que têm levado as propostas neo-liberais?

O paradigma tecnológico do pós-guerra, fundado basicamente na eletromecânica, teve um desenvolvimento rápido e trouxe também, nos países periféricos, como o Brasil, os seus benefícios sob o ponto de vista da produção global da economia, ou seja, o Produto Interno Bruto - PIB - cresceu, tivemos um surto de desenvolvimento "reconhecível" (digo isso entre aspas porque crescimento é diferente de desenvolvimento, e se existisse planejamento para planejar o aspecto distributivo da riqueza, logicamente este teria que seguir nessa direção). Dentro desse paradigma tecnológico o seu transbordamento para os países periféricos teve um papel fundamental no Estado cooptado por empresas multinacionais, também por um segmento militar que assumiu o poder e teve uma proposta "desenvolvimentista" bem definida, e que tem no aparato do Estado todo seu suporte para execução dessa proposta. E daí surge a idéia do planejamento. Qual o papel do planejamento? Buscaria planejar para quem? Como? Para que? Para quem planejou logicamente não sabemos, ele não planejou di

reacionado à solução dos problemas. Aonde buscou planejar? Extamente no próprio aparato estatal, na medida, em que se estruturou para tal finalidade, fez as devidas reformas. Criou condições básicas para reprodução do capitalismo em nível periférico, que são as condições que fazem com que fluxos de capitais fluam e se reproduzam em nível dos espaços. E, logicamente, o Brasil entrou nessa trajetória.

A idéia de planejamento no Brasil é ligada ao planejamento industrial através do Banco de Desenvolvimento Econômico Social e de grandes empresas estatais e empresas mistas, criadas com capitais estatal, estrangeiro e privado nacional. Basta recordar os Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND's que têm uma característica muito típica e que, embutida dentro dessa proposta de desenvolvimento do País, estava toda uma política de distribuição de informações, que teve seu esgotamento no final da década de 70. Esgotado esse modelo, que foi planejado, o que podemos ter em termos de resultados? Nada mais que a nossa realidade. Que rebaixamento tivemos nos estados? Esses, nós todos temos condições de verificar. Nos estados onde foram implantados os Sistemas Estaduais de Planejamento acoplados a essa estrutura sistêmica na sua geração inicial teve uma característica um tanto científica, na medida em

que se buscava um sentido científico para o planejamento e que não resolveu os problemas cruciais com que se de frontava a população brasileira.

Essa ideologia desenvolvimentista permeou todo o aparato estatal e isso teve seus rebatimentos no Estado. E se analisarmos o grau de liberdade do planejamento em nível do Espírito Santo nesse paradigma verificaremos que foi mínimo, mesmo o planejamento do próprio Instituto Jones dos Santos Neves tentou contornar ou suavizar os impactos desses grandes empreendimentos industriais que se colocaram. Embutido no objetivo inicial, talvez não-explicito, mas implícito, está exatamente isso, ou seja, para que se colocaria essa forma de organização do planejamento, a não ser para tentar amenizar e dar um certo ordenamento aos reflexos perversos que trouxeram esses tais empreendimentos? E se analisarmos qual foi a capacidade de mudança de rumo de ter tido projeto para o futuro do Espírito Santo, verificaremos que tivemos um vislumbre de um projeto próprio para o Estado, que foi gestado anteriormente, e as discussões do "Espírito Santo Século XXI" têm levantado isso. Existia uma proposta inicial que buscava utilizar toda sua capacidade de desenvolvimento em determinada direção atendendo as necessidades e anseios e visões do futuro da própria sociedade, mas foi

derrubada, pela forma de inserção da economia capixaba em nível da economia brasileira. À medida em que o Espírito Santo não se inseriu nesse processo, ele não teve nenhum grau de liberdade que o fizesse direcionar uma determinada postura de inserção.

Posto esse paradigma anterior, vamos dizer, essa ilusão com relação ao planejamento, mesmo aquele que nós imaginamos participantes como planejadores, mas, às vezes, estamos apenas tentando contornar o problema sem que as questões estruturais que originam e continuam originando problemas estejam resolvidas e vou passar rapidamente para o ponto mais à frente devido aos problemas de tempo: da crise global a um conceito de planejamento moderno.

O que é essa crise global? O que estamos verificando é que o surgimento de novo paradigma em nível dos países desenvolvidos, cada um estruturado com propostas ligadas a determinadas visões do problema dos respectivos países, trará conseqüentemente rebatimentos diretos nos países subdesenvolvidos. Esse novo paradigma se caracteriza pelas relações econômicas globais em que a estrutura produtiva na realidade é desterritorializada, pois não necessita de ter seu espaço específico, pode ser localizada na medida em que os meios

de comunicação, a tecnologia, permitam passar dinheiro, em um segundo, dos Estados Unidos para o Japão, do Japão para a Europa... e há uma constante busca de espaços de acumulação que agora não se dão mais em nível de periferia. Esses espaços de acumulação são como troca de "figurinha" intrablocos ou interblocos, ou seja, entre um bloco americano, um europeu, etc. Nessa rota de relações econômico-internacionais logicamente os países periféricos se colocam à parte. Nesse sentido, vem todo um questionamento: como resolver o problema da dívida externa, como se inserir dentro dessa nova ordem econômica que se instala sobre esse aspecto? Cada país desses blocos já se estrutura ou está se estruturando dentro de suas respectivas propostas, ou seja, uma proposta neo-liberal, uma proposta mais Keynesiana, uma proposta híbrida, como é o caso da Alemanha e do Japão.

A questão central que coloco é: dentro desse quadro geral em que nos defrontamos com um governo que no seu discurso e atos tem uma proposta neo-liberal, essa proposta vai em uma direção competitiva em nível internacional, com ganhos de competitividade seletiva de atendimento a determinados setores da economia. O objetivo é ganhar competitividade. E na forma seca

que ela é colocada as questões regionais são secundárias, porque o que prevalece é o resultado, é o ganho de produtividade e competitividade. Isto posto, qual seria o papel do planejamento nesse espaço, se o colocaríamos em âmbito geral? E qual seria o rebatimento em nível do Espírito Santo, em nível do espaço? Qual seria o papel dos atores que poderia ser reservado em âmbito desse espaço neo-liberal? Nesse rebatimento eu entraria no papel dos atores em nível regional. Qual o papel do planejamento em uma democracia aberta? Que papel tem o Estado? Essas são questões que eu gostaria que fossem refletidas e discutidas em debate.

RICARDO SANTOS :

O Espírito Santo teve alguns exemplos de governos que tiveram forte poder de intervenção na economia estadual. Citaria, no início do século, o governo Jerônimo Monteiro, Florentino Avidos, e no início dos anos 50, o governo Jones dos Santos Neves. O Governo Jones dos Santos Neves, que dá nome ao Instituto, tinha uma visão bem clara da futura inserção da economia do Estado em nível nacional, da função do corredor de exportação, a função de ser base física de grandes projetos produtores de bens intermediários que deveriam se

destinar ao exterior, tipo CST. Através de uma ação planejada (ele não tinha um aparato sistematizado de planejamento) conseguiu projetar e executar algumas obras, preparando a infra-estrutura do Estado para cumprir esse papel, e para a industrialização futura.

Na fase mais recente do planejamento estadual, é interessante observar que no período de 67/68, quando se criou a Codes, órgão que antecedeu o Bandes, e o Codec reformulado, isso já aconteceu dentro de uma nova ordem institucional no País, com o regime militar que condicionava e limitava, razoavelmente, a ação governamental estadual. Como todos sabem, esse sistema de planejamento foi criado pela necessidade de modernizar a máquina administrativa e procedimentos de alocação de recursos públicos, trazendo a técnica de orçamento-programa, no caso do Codec, e também pela necessidade de se implementar um programa de industrialização do Estado, no final dos anos 60, financiado pelo IBC, que diversificasse a agricultura em crise e que criasse alternativas via financiamento de agroindústrias. Nessa época, foram criados também os incentivos fiscais.

Já nessa fase se consolidava o novo papel que o Espírito Santo desempenharia na economia nacional. A CVRD já tinha construído a sua primeira usina de peloti

zação, tinha projetado outras, e construído o Porto de Tubarão, inaugurado em 66; o projeto Cofavi em funcionamento a partir de 64, e também gestava o projeto da Aracruz Celulose. A afirmação daquilo que o projeto "Espírito Santo Século XXI" chama de via de crescimento se fortalece no início dos anos 70, com a chamada grande industrialização; 1973 é um ano-chave, pois se define pela implantação da CST e se consolida o projeto da Aracruz como um projeto de celulose. Essa via ganha impulso com os recursos do II PND do Governo Geisel. Esse grande projeto de industrialização atropela o programa de industrialização autóctone do Governo Cristiano Dias Lopes e altera, substancialmente, as perspectivas de crescimento industrial do Estado, que hoje está entre 50 a 60% do produto industrial, concentrado na CST, na Aracruz, na Vale.

Esse processo de centralização do poder por parte da União e industrialização do Espírito Santo promove, de certa forma, um efeito desmobilizador de grupos empresariais e políticos capixabas e suas organizações, que pouco interferem nesse processo a despeito das reações de movimentos populares relativas, sobretudo, aos problemas ambientais que naquela época se antecipavam. Mas o que prevaleceu, principalmente durante toda a década de 70, foi o sentimento ufanista em

favor do efeito modernizador desses grandes projetos.

Isso não deixou de ter influência na forma que o Sistema de Planejamento Estadual passa a ter na segunda metade dos anos 70. Cria-se ou transforma-se a antiga Secretaria do Codec na Secretaria de Planejamento, através de um modelo ditado pelo Ministério de Planejamento da época, através da Sarem. Era um modelo seguido por todas as secretarias de planejamento do País: tinha um Departamento de Orçamento, um de Ações Técnicas, um de Articulação com os Municípios, um de Modernização Administrativa. E a função precípua desse sistema de planejamento era a de modernizar a máquina pública, incorporando a função modernização administrativa e racionalizar a alocação de recursos, principalmente da administração direta do setor público. A Secretaria de Planejamento não teria funções maiores que a de discutir as grandes estratégias de desenvolvimento do Estado.

Criou-se, também, naquela época a Fundação Jones dos Santos Neves, que deveria ocupar-se principalmente com o ordenamento urbano e desenvolvimento de projetos que minimizassem as consequências sociais negativas trazidas pelas contradições do crescimento a

qualquer custo. Pelo que concluimos, era uma estrutura de planejamento conformada em nível regional com uma determinada ordem que conferia ao Estado responder e ajustar-se a grandes decisões do planejamento estratégico que existia nas grandes empresas e, portanto, estava fora do Poder Público. Então, tínhamos, na verdade, dois sistemas de planejamento: um planejamento estratégico das grandes empresas e o Sistema de Planejamento Estadual, que deveria responder e fazer com que o Estado, através da racionalização dos gastos públicos, pudesse prover, sobretudo os grandes centros que iriam receber os pólos industriais de serviços e infraestrutura social básica a partir das linhas de crescimento que seriam definidas pelo que o Roberto Simões chama de **Centro de Poder**. É interessante destacar que durante toda essa fase, anos 70, quando se analisa o orçamento do Espírito Santo, existe uma enorme concentração de gastos nos principais centros urbanos, sobretudo na Grande Vitória. A própria pressão de serviços públicos trazidos pelos grandes projetos, pelo adensamento populacional nos principais centros, faz com que o setor público aloque uma parcela muito maior de recursos para esses grandes projetos.

Não há dúvida que esse sistema conseguiu atingir seus objetivos com relativa eficiência, cumprindo o

papel de modernização do processo orçamentário do Governo, incorporando as técnicas de orçamento-programa normatizadas pela Lei 4.320, a realização de alguns projetos de capitalização de recursos e a elaboração, por parte do IJSN, de projetos de grande importância.

O Roberto Simões fez referência à crise do planejamento estadual dos anos 80. Certamente, a abertura política do final dos anos 70 e, posteriormente, a eleição dos governadores a partir de 82 tornam o desafio para o Sistema Estadual de Planejamento muito mais complexo, no sentido de se ter uma visão mais integrada e globalizante do Estado. Chego à conclusão que o nosso Sistema de Planejamento esteve mais envolvido com questões urbanas. Não conseguimos ter durante a história desse sistema uma visão mais abrangente e mais integrada do Estado a despeito do excelente trabalho feito pelo IJSN, que foi o PDRI. Inclusive esse projeto foi utilizado exaustivamente por mim quando na Secretaria de Agricultura dentro de uma política agrícola regionalizada que procuramos adotar.

É importante discutir: o que a sociedade capixaba espera desse sistema para o futuro; o que poderiámos resumir na discussão e formulação de uma estratégia de crescimento que tinha participação da sociedade

e que considere o Estado de uma forma integrada a suas diversas regiões, portanto, que tenha essa dimensão regional bem clara, que leve em conta a dimensão ambiental com todas as suas consequências; a articulação das grandes empresas com pequenas e médias, no sentido de tirar o caráter de enclaves desses grandes projetos, e tudo isso convergindo para um objetivo básico, que é a eliminação da pobreza no Espírito Santo.

Evidentemente que o cumprimento desse papel irá exigir uma interlocução permanente com as grandes empresas, procurando mudar, muitas vezes, as suas estratégias de crescimento e adaptá-las aos anseios e necessidades da população capixaba. Isso pressupõe que os municípios, atores políticos locais, passem a ter um papel mais ativo no processo de desenvolvimento estadual, o mesmo que, por exemplo, foi idealizado pelas elites empresariais no final dos anos 50. E também durante os anos 60, quando elas chegaram a formular uma estratégia de desenvolvimento para o Estado através de um documento - Diagnóstico de Planejamento do Estado do Espírito Santo - que foi aproveitado em parte pelo Governo Christiano Dias Lopes. Isso pressupõe também um novo posicionamento político do Governo do Estado de forma a intervir de maneira mais consistente no processo de desenvolvimento e que seja mais adequado aos an

seios da sociedade. É evidente que para que tudo isso aconteça haja a reestruturação e fortalecimento de organismos como a Coplan, IJSN, alguns outros que têm hoje instrumentos de planejamento urbano muito forte e de direcionamento dos grandes projetos, caso da Secretaria de Meio Ambiente. Ao defendermos um papel mais ativo do Governo nesse processo de desenvolvimento estamos afastando as teses do neo-liberalismo exacerbado que propõe, inclusive, a destruição do caráter desenvolvimentista do Estado. São teses que jogam para o mercado as soluções para o País e, portanto, para o Estado, e nós temos sérias dúvidas se, por exemplo, o problema de excessiva concentração industrial na Grande Vitória, o apoio à produção agrícola, o controle da poluição, os problemas de devastação florestal e deficiência hídrica nas principais regiões agrícolas, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico e a própria regionalização dos investimentos, sejam privados ou públicos, seria conseguido no Espírito Santo simplesmente com soluções de mercado. Uma certa definição do governo no sentido de determinar uma estratégia e utilizar os instrumentos que hoje estão colocados na Constituição estadual, de forma a desenvolver o Estado de maneira mais global, diminuindo desequilíbrios, só poderá ser feita através do papel condutor do Governo Estadual.

ROBERTO SIMÕES :

Para que os colegas que estão no plenário possam se manifestar, vamos passar para os debatedores, no primeiro momento a professora Marta Zorzal, depois o professor Antônio Carlos Medeiros, cada um com um tempo de 15 minutos e depois abriremos para perguntas.

MARTA ZORZAL :

Vou pegar um pouco o "gancho" da discussão que o Roberto Simões colocou no início do Seminário, no sentido de que se vive hoje a questão básica de se pensar o futuro num momento crucial em que há uma crise no processo de desenvolvimento: questiona-se a via desenvolvimentista que até então veio se consolidando. Impõe-se, pois, pensar alternativas, possibilidades de intervenção nessa via. Portanto, necessário se faz pensar um novo projeto político para o Estado, o que está intimamente ligado ao planejamento estratégico, de longo prazo e, portanto, está articulado com o poder político regional ou com a relação de forças do poder e que é uma questão que passa exatamente por essa vontade política e, dentro desse aspecto, gostaria de situar e historiar embasado numa perspectiva analíti

ca como a atividade de planejamento se inseriu no Espí-
rito Santo e como ela esteve intimamente vinculada com
projetos políticos, e tendo momentos de pique e momen-
tos em que essa atividade de planejamento praticamente
não existe.

Neste sentido o planejamento se coloca enquan-
to a possibilidade de realização das utopias, mas utó-
pia que se articula enquanto uma vontade política cole-
tiva, em nível de um poder político articulado e gestio-
nado pelo Estado e, portanto, poder político que defina
determinados rumos e sentidos para o processo de desen-
volvimento do Espírito Santo.

Na explanação de Ricardo Santos, ele coloca
que o planejamento começa com Jerônimo Monteiro, depois
com Jones dos Santos Neves, e vai trabalhando essa dimensão histó-
rica.

Na realidade com Jerônimo Monteiro há um
processo de planejamento, mas muito articulado ao cen-
tro-sul do Estado: o Espírito Santo não estava na fase
de desenvolvimento, não se encontrava ainda no contexto
de inserção da década de 50. Quanto Jones dos Santos
Neves se pôs a planejar e prever modificações no rumo
e no sentido do processo de desenvolvimento que vinha

passando, portanto, a ação planejada de Jerônimo Monteiro não tem efeito que repercute sobre todo o espaço regional. Na realidade, em termos históricos quem vai pensar uma estratégia global para o Estado é Jones dos Santos Neves. Em nível da sociedade capixaba, nos anos 50 há três propostas ou concepções de desenvolvimento; poderíamos dizer que existe uma concepção mais conservadora, que vê uma vocação agrária que deveria continuar em uma linha desenvolvimentista da cafeicultura, da pequena propriedade; uma visão de desenvolvimento onde o Espírito Santo deveria caminhar para o processo de desenvolvimento paralelo à indústria e agricultura, portanto, os interesses da indústria não deveriam subordinar os interesses agrários, deveriam ser um processo equilibrado. A outra visão preconiza que o Espírito Santo deveria desenvolver-se pela via da industrialização e, portanto, ele não teria uma vocação agrária inerente; e essa é a visão do Jones dos Santos Neves, que no início da década de 50 já argumenta que os galhos dos cafeeiros são frágeis demais para suportar o desenvolvimento do Estado.

E, nesse sentido, Jones dos Santos Neves elaborou todo um plano de valorização econômica, que intervém naquelas dimensões e problemas que estão, de certa forma, dificultando o desenvolvimento. Ele prevê um pro

cesso de industrialização e intervém no setor de energia elétrica, no processo de urbanização, na educação. Há toda uma forma de planejamento que vai garantir essa intervenção, essa utopia que ele elabora, pensa e coloca como alternativa de futuro, e realiza com base no suporte desse processo de planejamento grande parte das atividades de valorização e inserção do Espírito Santo que acompanha em nível de Brasil.

Está se vivendo um momento do Governo de Getúlio Vargas, onde se tem toda uma reorientação para a industrialização, e o que Jones quer fazer é inserir o Estado nesse contexto maior de desenvolvimento nacional. Portanto, há uma articulação concreta entre um desejo político e uma ação planejada para exercer esse projeto político.

Na administração seguinte, que é a do Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, que de certa forma apresenta as forças mais conservadoras, há o pensamento de que o Espírito Santo deveria permanecer agrário, e essa imprevisibilidade do planejamento para atender a uma intervenção perde espaço. No governo seguinte, o Governador Carlos Lindenberg também vê a via de desenvolvimento na linha de caminharem paralelamente desenvolvimento agrícola com o industrial. Inicialmen

te, Carlos Lindenberg não dá muita atenção às atividades do planejamento. Entretanto, ele governa no final dos anos 50, quando a idéia de desenvolvimento está presente no contexto nacional, são os anos J.K. e de certa forma esse desenvolvimentismo transborda e atinge o Espírito Santo, que não cabe mais em suas fronteiras, no sentido de que ele há de estabelecer relações no espaço nacional e, portanto, a criação da Sudene, Sedesul, Sedevale, uma série de organismos para atender os desequilíbrios regionais que é a teoria da Cepalina. E o que vai acontecer no Espírito Santo? Nessa época está também emergindo a Findes, fora da estrutura organizacional do Estado. Esta cria um Conselho Técnico, que vai fazer um estudo da realidade social e econômica, tentando, inclusive, justificar as defasagens econômicas do desenvolvimento do Espírito Santo e, assim, pressionar o Governo no sentido de modificar a política que Carlos Lindenberg vinha fazendo até então, de atender a crise da economia cafeeira, que já estava se explicitando. Esse projeto de Carlos Lindenberg força a inserção de uma atividade de planejamento mais arrojado, e, basicamente, em meados do seu governo há uma mudança radical em seu discurso, porque até então ele fazia toda uma política de revanchismo e crítica em cima do Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, colocando que ele tinha instalado o caos no Estado. A partir de então,

Lindenberg começa a dizer que é preciso desenvolver para sobreviver. E é importante entender esse momento, porque é nele que se gesta a concepção de que o Espírito Santo deveria se inserir no contexto nacional em termos de projeto maior de industrialização, de um processo de criação da CST, expansão de Tubarão, e nesse sentido uma série de medidas são tomadas e estudadas em termos desse processo que se transforma no plano trienal do Governo Carlos Lindenberg.

Com a reeleição de Francisco Lacerda de Aguiar, novamente as forças mais conservadoras assumem o poder, e o plano da Findes continua na gaveta, sendo retomado depois da revolução de 64, ou seja, quando Christiano Dias Lopes assume o governo e atualiza esse plano que vai fazer parte do projeto político de sua administração, buscando propiciar um plano de longo prazo para o desenvolvimento do Estado. Nesse momento há uma crise muito grande na sociedade capixaba, a crise da economia cafeeira, da erradicação do café, e há que se buscar uma alternativa, que não é mais a cafeicultura, e nesse sentido ele vai estar muito apoiado no planejamento; todas as organizações que vai instituir vão de certa forma criar condições para o desenvolvimento do empresariado local, porque Christiano está se articulando com as forças locais sem prever o desenvol

vimento acelerado na forma em que será levado adiante depois pelo Bandes e principalmente pelo Arthur Carlos Gehard Santos.

Para Christiano, o desenvolvimento consiste muito mais em dar condições ao desenvolvimento nacional, ao empresariado nacional e local; ele não pensa na internacionalização da economia, na aliança com o capital estrangeiro. Tem muito mais essa concepção nacionalista, mas isso não significa que prescindia do planejamento, e toda sua ação e criação de empresas vai se dar de acordo com esse projeto de longo prazo; portanto, o planejamento para ele tem a função precípua de atender e dar suporte a um projeto político.

No governo seguinte, que é do Arthur Carlos Gehard Santos, também o planejamento vai estar na sua atividade máxima, porque vai ser o momento da negociação e, portanto, mudança de rumo; o processo de desenvolvimento do Espírito Santo está caminhando no sentido da internacionalização da economia com os chamados grandes projetos, e é imprescindível estudos e diagnósticos calcados na realidade, bem elaborados, para exatamente negociar, quer seja com o governo federal, quer seja com capital estrangeiro, a implantação desse projeto, dessa utopia maior, que seria o desenvolvimento ace

lerado. E será o Bandes o principal palco da elaboração desses projetos, e na verdade será também base dos projetos que serão negociados e que vão dar a concretização daquele projeto que já coloquei e que em certo sentido se gestou no final dos anos 50 e início dos anos 60 na Findes e que vai estar sendo implantado nos anos 70, com Arthur Carlos, até porque ele era um dos técnicos que fazia parte do Conselho Técnico da Findes, que tinha também como membro Lélío Rodrigues, Eliezer Batista, Pietrangelo D'Biase. São todos eles técnicos do Estado, que pensam e elaboram uma via de desenvolvimento acelerado, e esse projeto se concretiza nos anos 70.

É a articulação de um projeto político que se calca no planejamento, e que se concretiza nos anos 70. Posteriormente há o governo de Élcio Alvares, que ainda dá continuidade a esse planejamento, e se tem aí o surgimento da Fundação Jones dos Santos Neves enquanto um órgão que vai estar dividindo com o Bandes atividades de planejamento, mais voltado para atuar no urbano e, portanto, articulado com essa idéia desenvolvimentista da industrialização acelerada, e nesse espaço a FJSN vai cumprir uma importante função de estudar e propor alternativas e soluções para esse processo. A partir do governo de Élcio Alvares, há os de Eurico Rezende,

Gerson Camata e Max Mauro, que não apresentam enquanto propostas políticas um projeto de longo prazo em termos de vias de desenvolvimento alternativas para o Estado. Na verdade a partir desses momentos o governo começa a caminhar a reboque do processo, uma vez que as grandes empresas é que dão sentido ao desenvolvimento, e não tanto a correlação de forças estadual, e nesse momento quem vai assumir a importância não é o planejamento governamental e sim o empresarial, muda o **locus** e o espaço do planejamento.

Gostaria, para concluir, de enfatizar a necessidade e a imprescindibilidade de se resgatar o espaço do planejamento governamental, enquanto planejamento que articula o todo e não que fique fracionado em nível das empresas, porque, na verdade, enquanto estiver fracionado, estará em função dos interesses privados e individuais, e a idéia do todo vai se perdendo, assim como a de um projeto coletivo para a sociedade. E como fica, nessa discussão, a alternativa e a possibilidade de intervir nessa via de desenvolvimento que está, então, sendo questionada e puxada pelos grandes projetos? Essas são as questões que eu gostaria de colocar para debate.

9

ANTONIO CARLOS MEDEIROS :

Entendo que o meu papel é debater, no sentido de criar subsídios para pensar o futuro e de repensar o próprio IJSN.

Nesse sentido vou fazer algumas colocações nu ma linha mais de abstração e algumas colocações não necessariamente articuladas, tentando pensar o planeja mento em geral. Se pensarmos o planejamento em geral podemos tentar puxar uma abordagem que vou chamar de estratégica, e para isso é preciso, em primeiro lugar, ter o seguinte pressuposto: a ecologia do planejamento é o conflito, é a contradição que se dá no plano da so ciedade e do Estado.

Assim, qualquer discussão sobre planejamento não deve perder este pressuposto de vista. Sem querer ser anarquista, o que gostaria de colocar é que, no meu ponto de vista, o planejamento não está em crise, o que está em crise é o planejamento racional. Não o plane jamento no sentido de uma abordagem estratégica. Por que isto? Porque o planejamento ajuda a construir um projeto político e é uma decorrência desse projeto po lítico. Então, o não-planejamento também é planeja mento. O que está em crise é o planejamento cunhado

como tecnocrático, racional, compreensivo, ou seja, é o planejamento governamental, mas não o planejamento no sentido maior, da direção da sociedade. Portanto, o primeiro ponto que eu gostaria de colocar para polemizar é que nós precisamos deixar de entender o planejamento como meio, como uma função de governo, ou seja, uma visão que embute o conceito Weberiano da racionalidade formal, para pensar também o planejamento como um fim no sentido que eu colocava anteriormente, da construção, da explicitação, da negociação de uma direção política para a sociedade, seja esta pensada em nível nacional, regional, ou local. A primeira questão que pretendo ressaltar dentro desta visão é que para mim planejamento não é apenas um meio, ou um conjunto racional compreensivo de coisas. Nesse sentido ele é sempre a expressão de uma correlação de forças, ele está embutido nessa explicitação da direção do desenvolvimento, portanto precisa expressar a correlação de forças.

Me parece que uma das razões da chamada crise do planejamento governamental consiste exatamente que ele se distanciou da correlação de forças. Todas as vezes que o planejamento governamental esteve inserido na correlação de forças, algumas coisas acabaram acontecendo. A direção que está dada no processo de desenvolvimento do Espírito Santo, foi dada por um processo

de planejamento que se origina na Findes. Assim, ele estava inserido naquilo que estou chamando de correlação de forças, isto também significaria entender organizacionalmente o planejamento, a meu ver, como devendo estar no Gabinete Civil e não na Secretaria de Planejamento, pois ele é um processo político.

Entendendo o planejamento e tomando uma expressão que o professor Roberto Simões utiliza no artigo que escreveu para a "Revista Economia e Desenvolvimento" como uma negociação pactuada de uma agenda política, que precisa estar socialmente embasada, entendendo o planejamento dessa forma, portanto como meio e como fim, é que eu gostaria de fazer algumas colocações abstratas. Primeiro, a idéia de que temos um ranço: no sentido da relação Estado x Sociedade separamos uma questão da outra, quando isso na verdade é uma relação. Se é uma relação, é mais uma razão para aquela colocação que eu fazia, de que o não-planejamento também é planejamento. Existe uma relação em curso numa parcela da sociedade brasileira, que é o espaço do Estado do Espírito Santo. Agora, se essa direção está sendo dada pelo poder político ou não, é outra coisa. Mas o fato é que alguma forma de planejamento está acontecendo, porque alguma direção está sendo tomada. Isso significa também dizer que nós temos uma idéia de planejamen

to como controle, e eu gostaria de colocar a idéia de planejamento como direção. Ora, o planejamento como controle não foi possível nem em sociedade como a União Soviética, por isso não vai ser numa sociedade capitalista, que vamos poder ter uma noção de planejamento como controle.

Outro ponto, para repensarmos a questão do planejamento, é a idéia de que vivemos, no País, uma crise institucional, onde há um processo brutal de modernização econômica e da sociedade, o que alguns autores chamam de modernização conservadora, outros de pós-revolução brasileira, e há uma mudança social que não se reproduziu nas instituições, ou seja, há um lado novo na sociedade brasileira convivendo com um lado velho. Uma sociedade mais organizada, mais politizada convivendo com instituições arcaicas. Até que ponto a chamada crise do planejamento governamental não vem desse arcaísmo que está nas instituições governamentais? Até que ponto as instituições conseguiram acompanhar as mudanças sociais, ou elas estariam a reboque dessas mudanças? É preciso pensar em dois aspectos quando se refere ao planejamento. Primeiro, quais são as condições que se podem criar para consolidar a democracia neste País e como o planejamento vai se inserir nisso? Segundo, a idéia de que numa sociedade heterogênea como

a brasileira é impossível se pensar que um único canal pode servir como mediador de interesse. Vale dizer, os partidos políticos, por exemplo, sozinhos não dão conta das necessidades de mediação de interesses nesse País. A burocracia sozinha também não. Como vamos pensar o planejamento numa realidade em que há uma multiplicidade de canais de mediação de interesses, uma difusão de centros de poder, onde, portanto, o movimento da sociedade não puxa para um processo de centralização, no qual seria possível, por exemplo, recuperar o planejamento que se convecionou chamar de tecnocrático? Como é que as estruturas formais de planejamento vão conviver com essa nova realidade, em que a mediação de interesses passa por vários canais? Se entendemos planejamento como expressão de correlação de forças, se esta precisa ter seus interesses mediados e se eles estão sendo mediados ou serão mediados em várias instâncias, como é que os mecanismos formais de planejamento vão se inserir?

Por último, dentro dessa colocação mais geral que de certa forma também aproxima o paradigma liberal do marxista, a idéia de como é que vamos inserir o indivíduo na preocupação do planejamento e não subsumi-lo no coletivo?

Feitas essas colocações mais gerais, eu gostaria de colocar, para enfatizar o planejamento como direção, que no Brasil o planejamento teve três fases: a chamada tecnocrática, onde ele atuou num contexto no qual os conflitos estavam represados e nesse sentido o chamado planejamento racional deu certo, acho que temos que aceitar isso, muitas coisas que foram propostas pelo chamado planejamento racional deram certo; aqui no Espírito Santo uma delas foi a chamada interiorização do desenvolvimento. Na segunda fase houve a chamada tentativa de planejamento democrático, que o professor Roberto coloca muito bem no artigo que citei, que não havia essa prática de desenvolvimento democrático, na verdade ela virou uma maneira de tutelar a sociedade civil ou de discutir o acessório, e isso é um exemplo de que o planejamento não soube, enquanto conjunto de instituições formais, entender e se inserir na correlação de forças. E para concluir, penso que o desafio daqueles que se preocupam com o planejamento é pensar em como vamos criar uma forma de planejamento democrática e estratégica mais no sentido de que há de se pensar uma forma de apreender e transformar a realidade; mais nessa perspectiva política de inserção do planejamento em uma correlação de forças e de tratar o planejamento não como meio, como uma função governamental, mas como meio e como fim. Como poderíamos pensar

instituições que percorressem esse caminho e que tivessem a possibilidade de construir a idéia do planejamento não como controle, mas sim como direção? Um exemplo, do que considero planejamento como controle são os PDU's que é um instrumento gerado na Inglaterra nos anos 20 deste século, que tinha a intenção de engessar a sociedade, preservar o **habitat** de uma sociedade já amplamente desenvolvida, que não queria mais crescer, para a qual valia aquele instrumento. Transplantou-se esse mecanismo para o Brasil engessar uma realidade que muda todo dia, onde há taxas de crescimento demográfico altíssimas, há vários fatores de modernização da sociedade, e se engessa a sociedade através desse instrumento que poderia servir para um país do 1º mundo, mas, não para o 3º mundo.

Que outros instrumentos, portanto, vamos criar, para pensar o planejamento também em termos instrumentais, nessa preocupação, como direção e não como controle?

Eu gostaria de dar um depoimento pessoal. Fui do IJSN, tive a satisfação de junto com algumas pessoas, como o Arlindo, Stélio, Borjaille, Perim, participar da elaboração do estatuto da Fundação, de "roubar" medidas, quando Wantuir era secretário, para levar para a

César Hilal, de ver as coisas que aconteceram, e queria registrar que não me arrependo, e começaria tudo outra vez. ■

INTERVENÇÕES

ASSISTÊNCIA

Inicialmente, gostaria de parabenizar a Associação dos Funcionários do IJSN por promover esse debate com ex-secretários de Estado, corpo de funcionários e diretoria do órgão. Lamento profundamente a ausência de representantes do atual Governo do Estado, como o ex-secretário de planejamento e do atual. Já foi colocado por vários debatedores o esvaziamento que vem sofrendo o órgão, há muito tempo, principalmente a partir da transformação da antiga fundação em autarquia. O que questionamos aqui é a falta de valorização profissional pelo Governo do Estado em relação aos seus servi

dores de modo geral e especificamente do IJSN. Creio que este é um dos motivos que afasta o profissional do Estado. Nesse sentido dirijo minha pergunta, como os senhores vêem hoje a questão do planejar?

WANTUIR ZANOTTI

A Fundação foi criada em 1976 justamente para que tivesse uma estrutura, um quadro de pessoal, um plano de cargos e salários próprio completamente diferenciado da estrutura salarial do estado, que não poderia contratar técnicos de alto nível, porque não dispunha desse salário. A deterioração salarial de lá para cá chegou no nível que hoje se encontra. Um dos itens dessa regulamentação seria, na época, formar recursos humanos voltados para estudos e a pesquisa aplicada à realidade capixaba. A reciclagem que se esperava se perdeu, chegamos a ter no quadro de pessoal funcionários fazendo cursos de especialização até de PHD, tanto que no plano de cargos e salários da Fundação existe um lugar próprio para classificar técnicos com nível de PHD, se for o caso.

ASSISTÊNCIA

Gostaria de apresentar mais uma discordância do que propriamente uma pergunta a respeito de uma colocação feita pelo professor Medeiros sobre o PDU. Possivelmente ele esteja correto quando afirma que o PDU foi criado de forma a engessar as cidades na Inglaterra, mas acho que isso não define bem a discussão que no Brasil se gestou na questão da ocupação, da forma como a população se apropria desse espaço urbano e do acesso que ela tem a esses serviços urbanos. Acho que esse nome, PDU, está realmente envelhecido, há algum tempo se fala em política urbana. Falo com a experiência de quem já trabalhou com isso em prefeitura e, hoje, no próprio IJSN. O que se está chamando de PDU é uma Lei de Uso e Ocupação do Solo. Na verdade o conflito se dá exatamente com quem define a direção da cidade, entre alguns setores com muito mais poder se apropriando de melhores espaços e outros com menor poder, mas com um certo nível de organização, tentando também se colocar nesse processo. Acho que não é por aí que passa a questão da política de desenvolvimento urbano; essa é uma discussão importante e que diz respeito ao acesso aos bens públicos e à distribuição do recurso público; acredito que é por aí que passa a questão da política urbana, e aí ressalto a importância não só da legisla

ção urbana, mas da política urbana, que inclui também o orçamento, que diz respeito à divisão do recurso público, e a forma como a população acessa desigualmente ao solo urbano nas grandes cidades, e que é, às vezes, um quadro até dramático, refletindo não só a distribuição de renda, mas também a forma como é conduzida a política urbana.

ANTÔNIO CARLOS MEDEIROS

O PDU realmente engessa a realidade, por dois motivos. Primeiro, pela visão de PDU que perdurou até agora, eu sei que está mudando, mas a visão que foi implantada privilegiava o aspecto físico-territorial e deixava de lado o aspecto político, econômico, social da cidade. Na verdade o PDU era um projeto de uso e ocupação do solo urbano. Em segundo lugar, é imprescindível que qualquer instrumento dessa natureza, e é aí que o vejo no sentido de engessar a realidade, trabalhe tudo aquilo que defendi na minha colocação inicial, ou seja com correlação de forças. E o PDU de Vitória, por exemplo, não trabalhou com a correlação de forças, pois foi imposto pelo IJSN. Ele é uma idéia do extrato técnico em aliança com alguns outros, e não necessariamente é a expressão da correlação de forças

da sociedade de Vitória. Quando falo "expressão", tem que se sentar com empresários, com segmentos da sociedade. Ele deu certo, porque se conseguiu naquele momento, que ainda era uma situação autoritária, através da Câmara, passá-lo. Mas todos sabem que ele estava vazando para tudo quanto é lado. O PDU, hoje, de Vitória tem mais remendos do que o projeto inicial, o que é uma mostra que ele engessou a realidade. Para mim isso é a evidência prática do que eu tentei colocar.

ASSISTÊNCIA

No Espírito Santo, o planejamento é discutido em nível de Grande Vitória, parece que o restante do Estado não existe em termos de planejamento e de política urbana. Creio que os governos não têm colocado como prioridade essa questão. Como reverter esse quadro? Que processo seria necessário? Há 10 ou 12 anos a Prefeitura de Colatina vem tentando fazer uma Lei de Zoneamento Urbano, PDU... e nunca conseguimos auxílio. Agora estamos fazendo um levantamento aerofotogramétrico sem recurso estadual; o Estado não dá nenhum estímulo para que se planeje o interior.

RICARDO SANTOS

Hoje a Constituição tem mecanismos para reverter isso, através da exigência de que tanto nos planos plurianuais de investimento, no plano de desenvolvimento e no orçamento do Estado eles serão regionalizados. Existem mecanismos, através dos quais municípios e regiões poderão acionar suas representações a fim de que esses dispositivos constitucionais sejam obedecidos plenamente.

ASSISTÊNCIA

Gostaria de dirigir uma pergunta a Antônio Carlos Medeiros. O Ricardo Santos e o Roberto Simões falaram sobre o processo de planejamento, e seu significado na nossa realidade, depois o Ricardo retomou o significado do IJSN, que foi gestado no bojo do processo desenvolvimentista com um papel muito específico de ser aquele que **a priori** iria dar conta de resolver as contradições que fossem surgindo desse processo de desenvolvimento industrial acelerado, e o IJSN, por toda a sua história, parece que, modéstia a parte, deu conta desse recado. Nesse sentido, eu perguntaria ao Medeiros, na qualidade de cientista político, como vê

o papel do IJSN daqui para frente. Ele realmente vai continuar sendo um órgão de planejamento, um órgão pensador de soluções para as contradições? Como vê o futuro do Espírito Santo nesse sistema de planejamento? Me dou conta que vivemos correndo atrás do prejuízo, tentando superar, solucionando as contradições. E nesse processo você acena com uma proposta nova de planejamento enquanto direção levando em consideração todo um processo de correlação de forças políticas. Que alternativas vê para o IJSN enquanto instância de planejamento?

ANTÔNIO CARLOS MEDEIROS

Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma consideração, até aproveitar um "gancho" em cima do que Otávio falou. No meu modo de entender, o IJSN começa a perder poder, e a se distanciar disso que chamo correlação de forças, quando ele se transforma em Instituto. Em segundo lugar, é importante pensarmos — agora trazendo um pouco para o plano concreto o que tentei colocar de maneira abstrata — não num órgão central de planejamento que dê conta de tudo, ou seja, naquilo que se convencionou chamar modelo racional de planejamento, onde há um órgão de governo que pensa por todo mundo e

para todo mundo. Ele pode recuperar espaço outra vez se, quem sabe, houver outro golpe militar ou alguma ação dessa natureza, em que exista um ordenamento decidido de cima para baixo. Hoje é preciso, primeiro, re pensar o IJSN, descobrir, que papel teria, como se inse re na correlação de forças até que ponto esse movimen to, feito aqui, é dessa natureza. Sendo muito franco, considero lamentável não ter, aqui, um representante do Governo, isso é um sintoma de como essa instituição é tratada. Eu gostaria de deixar bem claro a importân cia do Wantuir, ele não é secretário, nem o Governador. Isso é um sintoma de que o Governador não quer o IJSN.

Quando o Roberto Simões fala em centros de po der, deixa claro que a sociedade está planejando; se isto ocorre na direção que nós, técnicos, acadêmicos, professores, queremos ou não é outra questão. Por isso, defendo o não-planejamento. Tenho pensado que deve haver o planejamento nas instituições governamentais no sentido de apreender a realidade. Está em moda no País falar que o intelectual não presta para nada, exis te um certo assembleísmo exagerado que vem de uma impos sibilidade de se conviver com a democracia, a meu ver. Penso que tem que haver uma estrutura governamental, um órgão de estudos e pesquisas, sem preocupação com o imediato; um órgão que subsidie formulação de políti

cas públicas, mas voltado para projetos; pelo menos em termos de papel essa era a proposta inicial da Fundação. Penso que isso hoje não pode se dar uniformemente, tem que acontecer num conjunto de instituições. Além disso, no planejamento da sociedade é importante que nós, en quanto cidadãos e não como técnicos de governo, pensemos em criar formas de participação da sociedade para o Estado, e não do Estado para a sociedade, quero dizer, fortalecer, por exemplo, a capacidade programática dos partidos políticos, que hoje não têm nenhuma, e também no plano da universidade, infelizmente ela não vem cumprindo muito seu papel, e por último no plano daquilo que chamo de organizações não-governamentais. Deveria haver neste País uma política de incentivo às instituições não-governamentais, que são por definição instituições independentes, que podem gerar conhecimentos e intervenção na sociedade, muitas delas têm um papel importante, quem não se lembra do Centro Brasileiro de Pesquisa -CEBRAP- nos anos 60? Acho que isso é um conjunto de ações, e a principal deve se dar no governo, nos partidos políticos, na sociedade. Agora, uma provocação aos técnicos do IJSN, em que medida o movimento corporativo pode se transformar num movimento que vai construir algo ou ficar meramente no movimento de defesa? Se eu pudesse dar alguma sugestão, seria nesse sentido. Não tenho uma solução de bolso de colete, mas as

estruturas de planejamento têm que se multiplicar por vários canais e várias instâncias.

OTÁVIO GUIMARÃES

Queria aproveitar a colocação do Medeiros e também do Wantuir para voltar ao momento da Fundação Jones dos Santos Neves. Roberto Simões diz no "Espírito Santo Século XXI" que a sociedade é o Estado, ora se ela é o Estado e o Estado, o representante da sociedade, essa sociedade tem obrigações, portanto, de gerenciar o seu desenvolvimento; tem obrigação de saber o que esse impacto desenvolvimentista vai ocorrer na sua comunidade. Haja vista que hoje as prefeituras de Vitória e Serra já estão conjecturando se é interessante para a Grande Vitória a ampliação da CST. O Estado, se representa a sociedade, tem que estar munido de meios necessários para corrigir essas situações, ou para orientar a sociedade que ela mesma é seu próprio representante. Portanto, acho imprescindível que o IJSN seja revigorado, e a professora Marta dizia que em determinado momento do Governo Eurico Rezende acabou o planejamento. Não é bem assim, naquele momento o IJSN estava tocando o projeto CPM/BIRD, e como disse também o Medeiros, o IJSN tinha uma função de executor, então ele não

só planejava, como também executava projetos; na verdade estávamos sofrendo, naquele momento, o impacto resultante da implantação dos grandes projetos. A Vale, CST e a Aracruz demandavam, por exemplo, abastecimento d'água e uma série de serviços. Eram problemas que tinham sido analisados e prognosticados pelo IJSN, e que se viria o momento do "fazejamento". No Governo Eurico implantamos o sistema aquaviário e uma série de outras obras importantes, iniciamos o Plano Viário da Grande Vitória, foi uma fase que passou-se mais a executar aquilo que a Fundação vinha fazendo. E em relação à primeira pergunta formulada pela assistência, acho que o IJSN tem que ser revigorado, e isso passa pela condição de remuneração dos servidores.

MARTA ZORZAL

Com relação à colocação do Dr. Otávio ao que eu disse, sobre não ter havido planejamento no Governo Eurico, na verdade talvez a questão tenha sido mal-entendida. O que eu quis colocar é que o governo perdeu a centralidade da direção do processo de desenvolvimento, rumos e sentido; na verdade, o IJSN passou para a fase do "fazejamento", de execução e não mais de pensar o futuro; então ele perde esse espaço e não recupera com

Camata nem com Max. Nesse sentido, começou a perder o espaço da direção, da definição de estudos estratégicos que possam pensar alternativas de futuro, que é um pouco o que está se questionando: como o planejamento pode estar subsidiando um processo de desenvolvimento e rumos e sentidos para uma região e não ficar na retaguarda? Que projeto para o século XXI queremos para o Espírito Santo, como fazer isso deixando de ir a reboque?

ROBERTO SIMÕES

Para fechar o seminário, vamos passar a palavra a cada um dos integrantes da mesa.

ORLANDO CALIMAN

Gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste seminário, acho muito importante o entendimento das estratégias futuras, relativamente à questão do planejamento, de se encontrar um espaço específico para o IJSN, que a meu ver tem um papel extremamente importante nesse processo. O Medeiros colocou muito bem que a situação está ruim, exatamente na medida em que ele não está inserido no jogo de forças que atuam

hoje no direcionamento do Estado, estando, portanto, aliado. Agora, dentro de uma nova postura, estamos num processo eleitoral, vamos ter um novo governo, não se sabe que inspiração ele teria, coloquei a questão da inspiração neo-liberal, que tem uma certa ojeriza ao planejamento. Aí vem a questão de que o não-planejar também é planejamento, então pode continuar nessa rota que pode trazer uma série de transtornos, inclusive ao próprio órgão. Considero extremamente importante o momento, essa passagem agora para uma reflexão não só relativamente ao passado, mas também, refletindo o passado, pensar o futuro; e, verificando essas alternativas é que se abrirão perspectivas daqui para frente, nunca se perdendo de vista que estamos num momento de turbulência e que as coisas acontecem numa velocidade muito grande, e se ficarmos pensando, o bonde passa e perdemos o trem da história.

OTÁVIO GUIMARÃES

Queria agradecer a minha participação voltando com a frase do Lélcio Rodrigues, que, repito, foi o precursor do planejamento moderno no Espírito Santo. Ele diz: "Ninguém deseja o que ignora". Nós não ignoramos a importância que teve o IJSN no passado, a que está

tendo no presente e, certamente, a que terá para o futuro do Estado. Tenho que incentivar e agradecer a todo servidor do IJSN por tudo que tem feito em prol do desenvolvimento do Estado.

WANTUIR ZANOTTI

Quero agradecer a Aservi pelo convite e lembrar à equipe brilhante do IJSN que nos momentos de crise o que mais nós devemos nos preocupar se: como planejamento.

RICARDO SANTOS

Durante o período que ficamos no governo como secretário procuramos fortalecer o IJSN, na época foi escolhida, pelos próprios funcionários, uma diretoria; isso para nós era importante, porque, dentro daquilo que se concebia como planejamento estadual, o plano estratégico de desenvolvimento deveria ser conduzido pelo órgão, teríamos então nessa fase que discutir o plano estratégico das grandes empresas, inverteríamos um pouco o processo, o sistema de planejamento estadual não ficaria apenas a reboque. Tantávamos resolver os pro

blemas e conseqüências sociais negativas do processo de desenvolvimento, que é definido fora das fronteiras estaduais; o IJSN se reestruturaria no sentido de restabelecer esse papel. E foi dentro disso que durante um certo tempo a diretoria, com muita eficiência, propôs um plano de reestruturação, que foi aceito, e também um plano emergencial de reclassificação salarial. Infelizmente essas coisas não deram certo, e ficaram mais claras depois, porque realmente o atual governo não tem a mínima preocupação com planejamento a longo prazo, expressa isso no tratamento que está dando a seus organismos de planejamento e também no tratamento que vem dando na questão da Lei de Ciência e Tecnologia, pois até hoje o regulamento dessa lei não foi entregue à Assembléia Legislativa.

ANTÔNIO CARLOS MEDEIROS

Queria reinfatizar as colocações feitas no sentido de se ter essa preocupação do planejamento inserido no contexto político e, portanto, inserido numa correlação de forças, e gostaria de acrescentar que no contexto do regime autoritário a fonte de legitimidade era o consentimento das elites e não o consenso da sociedade, então a competição da correlação de forças se dava

no âmbito das elites, e, por causa disso, era mais fácil o planejamento se inserir nessa correlação de forças. A competição era intra-estatal, e a sociedade estava represada. Para recuperar isso temos que repensar a competição intra-estatal, e, aqui no Espírito Santo, com grave problema, porque somos meio provincianos, na verdade de tribos, cheios de grupos; isso gera um problema sério na máquina estatal, e, além disso, pensar como é que se ganha inserção numa correlação de forças que hoje certamente é maior, fica ainda complicado. É preciso repensar em termos de planejamento como direção e não como controle, o planejamento estando na sociedade e no Estado; portanto caminha para a diversificação das instituições de planejamento, e concretamente fazer algumas sugestões para o IJSN. Uma delas, o Ricardo Santos já mencionou, é a Lei de Ciência e Tecnologia. Em que medida é possível a gente se inserir nesse processo e lutar para que ela seja regulamentada? Em que medida podemos atuar como grupo de pressão, não só no sentido de salário, mas também no outro sentido? Outra questão é em que medida o IJSN pode recuperar sua capacidade de ganhar a opinião pública. Pois ele já contou com maior respeito perante ela. E penso que isso só é possível com produção. Em terceiro lugar, pensar outros formatos; o que está colocado e que tem a ver com o IJSN é a questão da entidade metropolitana.

Acredito que há um conjunto de preocupações, um conjunto de lutas.

MARTA ZORZAL

Quero agradecer a minha participação nesse debate. Gostaria de endossar as palavras do Medeiros, colocar sobretudo a necessidade de se ampliar esse debate, se criar uma nova idéia, essas perspectivas em termos da busca de um projeto coletivo para o Estado. Isso passa pela disseminação da informação, pelo conhecimento, por buscar novas formas e novos passos. Esse momento que o IJSN está colocando é importante, mas tem que se ampliar, até para se conseguir maior adesão e para ter possibilidades de inserção e modificação e até mesmo inserção desse planejamento nessa via, mais no sentido de se adquirir centralidade de uma articulação de correlação de forças que passa pelo caminho democrático, pela consolidação da democracia, portanto, pela necessidade de se costurar esse consenso. Essas iniciativas são importantes e parabênizo o IJSN por isso, e faço votos que se amplie este tipo de debates.

ROBERTO SIMÕES

Encerrando este debate, ao mesmo tempo o abri mos, porque ele deve necessariamente continuar em outros espaços, talvez com a presença de determinadas possi bilidades de representação da sociedade que apontem na direção do que eu acho que é o grande dilema que vive mos hoje, do ponto de vista do Estado, do governo, e, de certa forma, as colocações feitas pela mesa rumaram um pouco para isso. Vamos recuperar o passado, ou há ne cessidade de promover uma ruptura nesse processo de pla nejamento do Espírito Santo? Nesse sentido, de recupe rar o passado ou promover uma ruptura, me parece que está em jogo a continuidade ou não de determinadas ins tituições, isto requer o repensar mais global desse pro cesso. Acho importante o papel do IJSN, tem novas pos sibilidades abertas de planejamento governamental no Estado. Agora, me parece que uma das tônicas do debate é: recuperar o passado, dos anos de glória ou ensaiar alternativas que levem a uma ruptura que, talvez, no que foi colocado pela mesa, seja essa a expressão do jogo de forças. Há demanda por uma ruptura na ação do governo, da sociedade, e na condução do processo de de senvolvimento do Espírito Santo. Nesse sentido, a ruptura é dramática, traz problemas muitos sérios, por que a gente está muito mirado no passado. Com isso

encerraria, sugerindo que a Aservi, junto com outras en
tidades, desse continuidade a este debate mais conjunto
do planejamento no Espírito Santo. Obrigado.■

edição

CRISTINA DADALTO

revisão

ELIANE REZENDE ROCHA
DJALMA VAZZOLER

datilografia

LÚCIA ISABEL A. MOREIRA
ANA LÚCIA SOARES

lay-out, arte e capa

LASTÊNIO SCOPEL

apoio

FERNANDO LIMA SANCHOTENE
FRANCISCA PROBA
TEREZINHA CÔGO
ROSA TREVAS

xerox

PEDRO CORSINE MACHADO

organização do seminário

ASERVI

AS
aservi

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

apoio:



Instituto Jones dos Santos Neves